

MUNICÍPIOS

Centro e Vale do Taquari elegem duplicações como prioridades

Livia Araújo
livia@jcrs.com.br

A duplicação de rodovias é a prioridade absoluta das associações de municípios da região central do Rio Grande do Sul, no

entorno de Santa Maria, e do Vale do Taquari. No Centro, o foco é a continuidade da duplicação da RSC-287; no Vale, a das ERS-130 e ERS-453. Em uma série de reportagens que teve início na segunda-feira (26), o Jornal

Cidades levantou a demanda número um das entidades das nove regiões funcionais do Estado, que será levada ao governador eleito, Luciano Zucco, assim que as associações tiverem oportunidade de se reunir com ele. As informações

foram obtidas em entrevistas com os presidentes das entidades.

Parte das reivindicações é histórica, já vinha sendo apresentada ao governo de Eduardo Leite e deve ter continuidade, ou chegou a ser mencionada a Zucco durante

a campanha. As rodovias das duas regiões, que já tinham alta taxa de utilização e necessidade de melhorias, foram muito avariadas pelas enchentes de 2024. Zucco venceu a eleição no primeiro turno, com 58,05% dos votos.

Amcentro quer nova frente de obras na RSC-287, a partir de Santa Maria

O presidente da Associação dos Municípios da Região Central do Estado (Amcentro) e prefeito de Agudo, Luís Henrique Riffel, afirma que a entidade vai pleitear ao governador eleito, Luciano Zucco, a abertura de uma nova frente de obras na duplicação da RSC-287, no sentido de Santa Maria a Santa Cruz do Sul. A reivindicação já vinha sendo tratada com o governo do Estado desde o ano passado e deve ser pauta prioritária nas conversas com o futuro gestor.

Hoje, as obras da Rota de Santa Maria avançam de Tabai em direção a Santa Maria. A proposta é que os trechos se encontrem. Segundo Riffel, a concessão, com prazo de 30 anos, está no quinto ano, e a previsão inicial de duplicação para o lado de Santa Maria é a partir do ano 18. São mais de 200 quilômetros de duplicação ao todo, e a cidade, quinta maior do Estado, “ficou por último,

ficou para trás”, na avaliação do prefeito.

Riffel diz que a entidade é contrária a aumentos considerável da tarifa, à instalação de novas praças de pedágio ou ao sistema free flow. “Não tem nem conversa”, resume o prefeito, que aponta a baixa qualidade do trecho. Segundo ele, são cinco praças de pedágio no trecho de concessão a partir de Santa Maria, duas delas em menos de 60 quilômetros na área da Amcentro. Entre Paraíso do Sul e Santa Maria, trecho de cerca de 80 quilômetros, não há duplicação e, de acordo com o presidente, há poucos serviços de tapa-buraco.

Como reflexo, a viagem de Agudo a Santa Maria, de 60 quilômetros, que levaria de 50 a 55 minutos, não é feita em menos de 1h15min, segundo Riffel, que também cita risco de pneus furados e de acidentes.

Para viabilizar a nova fren-



Presidente da entidade e prefeito de Agudo defende que a duplicação avance também entre Santa Maria para Santa Cruz do Sul

te, o prefeito defende que o governo estadual renegocie a dívida com a União para investir o valor em infraestrutura e reconstrução. Ele critica o uso de recursos do fundo de reconstrução do RS, Funrigs, em outras áreas e afirma que, com mais

prazo, haveria dinheiro para o Estado atuar na RSC-287 junto com a concessionária.

Também estão na lista da Amcentro o aeroporto regional de Santa Maria e a duplicação da rodovia BR-290, em direção à fronteira. Fora

da infraestrutura, a entidade cita a regionalização da saúde, especialmente a regulação de média e alta complexidade, a segurança pública, diante de tráfico de drogas e facções, e o turismo, com destaque para o Geoparque Quarta Colônia.

Amvat pedirá ênfase na ampliação da ERS-130 e da ERS-453 ao Estado

A presidente da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat) e prefeita de Lajeado, Gláucia Schumacher, afirma que a prioridade número um da região a ser levada ao governador eleito, Luciano Zucco, é a mobilidade, com ênfase na duplicação das ERS-130 e ERS-453, cujos projetos já estavam elaborados para a concessão. Segundo ela, a dificuldade já existia antes dos eventos climáticos de 2023 e 2024 e se agravou depois deles, quando os municípios tiveram de aplicar seus recursos nas próprias áreas atingidas.

Para a prefeita, as rodovias não duplicadas estão congestionadas

em uma região em que as cidades dependem umas das outras. “Nós estamos estrangulados aqui”, diz. Ela observa o fluxo diário entre os municípios: “Você mora numa e trabalha na outra”, descreve. A Amvat pede que o R\$ 1,5 bilhão que seria aportado na concessão, que não ocorreu, seja usado agora nas obras.

Gláucia afirma que a demanda já havia sido apresentada a Zucco no período eleitoral e que o governador eleito manteve a posição de deixar o valor no Vale. A associação organiza um movimento junto ao governo de Eduardo Leite para que o recurso não seja destinado a outras obras e fique reservado para o

próximo gestor.

Entre os trechos, ela cita a duplicação entre Venâncio Aires e Encantado, que classifica como “extremamente necessária” por estar “completamente congestionada”, e uma via de acesso à região do Cristo Protetor, em Encantado, para o turismo. Ela defende também rotas alternativas de saída em eventos extremos.

Outra pauta é a prevenção de desastres. Gláucia defende que a Defesa Civil do Estado ouça os atores locais, pois “aqui se conhece cada movimento”. Como obras estruturais contra cheias seriam inviáveis no Vale, a associação trata da realocação



Entidade pede que recurso de R\$ 1,5 bilhão seja mantido para uso da nova gestão

de famílias que vivem em áreas atingidas por inundações e deve pedir apoio estadual e federal para indenizações.

A prefeita também cita assistência social após a entrega de casas e o turismo, com a ideia

de uma rede entre municípios. “Ninguém vem aqui para passar uma tarde”, afirma, ao defender um roteiro abrangente. Ela menciona ainda a incerteza sobre os efeitos da reforma tributária nas cidades menores.